

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.520.977 - MG (2019/0167888-0)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO BAISI - MG025204  
MARCO ANTONIO BARROS DA SILVA - MG129424  
JOAO OTAVIO ALVES TERRA - MG193334  
**AGRAVADO** : SARVET LTDA  
**ADVOGADO** : JOSE OTAVIANO FREIRE REIS - MG078057

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de embargos à execução.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO BRADESCO S/A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 01/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 23/08/2019.

**Ação:** embargos à execução opostos por SARVET LTDA, em face de BANCO BRADESCO S/A, lastreada em execução de título extrajudicial. Alega que o título executivo teve como origem a conta garantida - cheque especial. Sustenta que faz-se necessária a análise de evolução da dívida, inclusive para saber se os juros e os encargos cobrados na evolução do débito estão de acordo com os estabelecidos nos contratos. Pleiteia o provimento jurisdicional para que o agravante apresente os contratos originários, inclusive os extratos da conta nº 20260-6, agência 1487, uma vez que se nega a receber até mesmo o pedido por escrito de apresentação dos documentos.

**Decisão interlocutória:** indeferiu a produção de prova pericial, bem como a exibição incidental dos contratos que deram origem ao título

# *Superior Tribunal de Justiça*

executivo, dando por encerrada a instrução.

**Acórdão:** deu provimento ao agravo de instrumento interposto por SARVET LTDA, reformando parcialmente a decisão agravada, para deferir o requerimento de intimação do recorrido para juntar os contratos e extratos bancários que deram ensejo ao título executado, sob pena de extinção do feito executivo, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONFISSÃO DE DÍVIDA - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - CONTRATOS QUE DERAM ORIGEM À DÍVIDA - DISCUSSÃO - POSSIBILIDADE - SÚMULA 286 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS.

1 - O instrumento de Confissão de Dívida é título executivo extrajudicial, cuja validade independe da juntada dos títulos anteriores.

2 - É possível a discussão dos contratos que deram origem ao instrumento de confissão de dívida, se permanecerem a obrigação e seus elementos originais. Súmula 286 do Superior Tribunal de Justiça.

3 - O Embargado deve ser intimado para juntar os contratos originários, sob pena de, não o fazendo, extinguir o feito executivo, sem resolução do mérito. (e-STJ fl. 180)

**Embargos de Declaração:** opostos pelo agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 400, I, 492 do CPC/15. Sustenta que a decisão foi extra petita porque não há no Agravo de Instrumento qualquer pedido referente à extinção do processo de execução. Aduz que a ausência de apresentação de documento induz à veracidade dos fatos que a agravada pretendia provar, diversamente do que constou no acórdão recorrido. Por fim, pugna pelo reconhecimento da violação e o conseqüente afastamento da extinção do processo de execução.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Do reexame de fatos e provas**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O TJ/MG ao analisar a situação dos autos consignou que:

Apesar de ter sido indeferida a produção de prova pericial e documental, apenas a questão pertinente à exibição de documento foi abordada na minuta recursal.

Na petição inicial dos Embargos à Execução, o Agravante requereu a exibição dos contratos originários que teriam dado origem ao título executado.

No caso, permaneceram a obrigação e seus elementos originais, havendo alteração, por meio do instrumento de confissão de dívida, apenas dos elementos acessórios da relação creditória.

Por certo, a discussão referente à origem da dívida somente será possível por meio da exibição dos documentos que ensejaram a confissão de dívida. Demonstrada, dessa forma, a imprescindibilidade da exibição pleiteada.

Posto isso, encaminho a votação no sentido de dar provimento ao recurso, reformando parcialmente a decisão agravada, de modo a deferir o requerimento de intimação do Recorrido para juntar os contratos e extratos bancários que deram ensejo ao título executado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito executivo, sem resolução do mérito.

Opostos os embargos de declaração pelo agravante, o TJ/MG assim se manifestou:

Na oportunidade, alegou a ocorrência de vício "extra petita" no dispositivo do acórdão, no ponto em que estabeleceu que, caso ele (Embargante) não exibisse os contratos originais firmados entre as partes, haveria a extinção do feito executivo. Também argumentou que na minuta do agravo de instrumento não houve requerimento de sanção no caso de não exibição dos documentos.

No entanto, razão não lhe assiste.

Imposta uma condenação à parte, é necessária a fixação da sanção cabível para o seu eventual descumprimento. Trata-se de questão reflexa à própria determinação judicial imposta.

Inexiste, portanto, vício "extra petita" decorrente da fixação de penalidade decorrente de descumprimento de determinação judicial.

O Recorrente apontou ainda que, no caso de não exibição dos documentos pleiteados pela Recorrida, seria incabível a extinção da execução. Afirmou que, nesse caso, seria aplicável o art. 400 do CPC, ou seja, presumir-se-iam verdadeiros os argumentos que a Embargada pretendia comprovar com os contratos originários.

Todavia, a presunção de veracidade prevista no art. 400 do CPC não atenderia aos fins pretendidos pela Embargada. Isso porque, somente com a exibição dos contratos originários celebrados entre as partes seria possível à Embargada verificar a ocorrência eventuais irregularidades.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere a sanção imposta ao agravante ser cabível no caso de não cumprimento da sua obrigação, bem como a necessidade da exibição dos contratos originários, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora